

**TRIBUNA LIVRE** **BRAZANTUNES MATTOS NETO.** Cirurgião Dentista e Vereador em Santos.

## Motivos para se orgulhar

Grande avanço científico, notável desenvolvimento técnico e tecnológico, larga contribuição para importantes políticas públicas na área da Saúde coletiva, conquistas capazes de modificar parâmetros. Estes são alguns dos muitos motivos que, neste 25 de outubro, Dia do Cirurgião Dentista, permitem com que os Profissionais da área Odontológica, tanto do setor público quanto da área privada, sintam profundo orgulho pela escolha da sua profissão. Sem dúvida, em um País que ainda sofre com a necessidade de melhoria na gestão das ações de Saúde, é alentador termos consciência da crescente contribuição dos Cirurgiões Dentistas para o esforço coletivo de se buscar a promoção da qualidade de vida e da autoestima da população. Aos poucos, estamos reduzindo a imensa dívida que os governos têm historicamente com a sociedade na área Odontológica. Felizmente, com trabalho e seriedade, estamos deixando de ser o "País dos desdentados".

Obviamente ainda existem muitas questões a serem equacionadas, obstáculos a serem transpostos, ações urgentes a serem implantadas. Uma delas, por sinal, diz respeito exclusivamente à nossa Classe: as dificuldades flagrantes do nosso Sindiodon, que necessita da união de todos e a

colaboração irrestrita para superar suas visíveis dificuldades financeiras, criadas pela mudança do sistema de contribuição, o que pode até mesmo inviabilizar a sua existência. Por isso, é preciso um esforço conjunto urgentíssimo, que seja generoso e consciente, para que continuemos a contar com uma representação efetiva da Classe.

Além desta questão fundamental, existem diversas lutas que exigem união e participação, como o aumento da presença dos Cirurgiões Dentistas, buscando garantir ações de prevenção, promovendo a Saúde Bucal permanentemente e ampliando o atendimento a parcelas da população ainda não atendidas. Da mesma forma, é importantíssimo garantir a ampliação da Odontologia na Residência Multidisciplinar Municipal em Saúde Pública.

Em termos de conquistas, temos como grande exemplo a implantação da Odontologia Hospitalar, por força de uma lei apresentada por mim, aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo Prefeito. Trata-se de medida altamente relevante não somente para os Cirurgiões Dentistas e as respectivas equipes, mas para a população como um todo, pois esta Habilitação pode reduzir custos, diminuir tempo de internações, evitar a ocorrência de infec-

ções em pacientes internados, impedir a ocorrência de males causados por bactérias e, acima de tudo, salvar vidas.

Pacientes oncológicos, por exemplo, sofrem com feridas na boca que o impedem de se alimentar adequadamente e os deixam mais vulneráveis. A Odontologia Hospitalar, com o uso de laserterapia, restabelece a alimentação normal, ajudando na recuperação.

Os dois Centros de Especialidades Odontológicas -CEOs- existentes no Município, por meio de gestões junto à Secretaria de Saúde, prepararam-se para serem instalados em imóveis de melhor qualidade, com mais espaço, equipamentos e recursos. Esta é uma notícia que nos enche de satisfação pois sinaliza a melhoria do atendimento público aos santistas. Além de comprovar que a ação política dos Cirurgiões Dentistas é capaz, sim, de lutar por melhoria. E conquistá-las. Por exemplo, estamos no limiar do oferecimento da Implantodontia no serviço público, luta que iniciamos há anos. Os implantes dentários, tenho certeza, abrirão novas perspectivas para considerável parcela da população.

Por tudo isso- e muito mais-, é possível festejar este dia. E sentir muito orgulho.

## SPU esclarece normas para imóveis de marinha

DA REDAÇÃO

O idealizado fim da taxa de foro e do laudêmio continua em pauta na Câmara de Santos. A semana foi marcada por dois encontros para sanar dúvidas e orientar quem mora em áreas de marinha e detém 83% do terreno (domínio útil) como comprar os 17% da União, conforme previsto na Lei 13.465, de 2017.

Na quarta-feira, a Comissão Especial de Vereadores presidida por Manoel Constantino (PSDB) promoveu audiência pública na sede do Legislativo e apresentou o atual cenário, mas a ausência de um representante da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) impediu respostas a questões.

Por isso, vereadores foram ontem à sede da SPU e conversaram com o coordenador do órgão na Baixada Santista, Luiz Fernando de Melo Correia.

Segundo Constantino, ele esclareceu pontos como a dificuldade em dar início ao processo de compra dos 17%. O procedimento deveria ser realizado pela internet, mas tem sido necessário ir à SPU (Rua Augusto

Severo, 7, 14º andar, no Centro de Santos) e apresentar a documentação exigida.

Outra questão levantada é sobre o valor de avaliação do imóvel, para se determinarem os 17% da União. Constantino diz ter ouvido que o valor é apurado sobre o do terreno, e não, o do imóvel. Para isso, SPU e Caixa Econômica Federal devem avaliar a área.

Segundo o vereador, não se cobra pela avaliação. Assim que se chega ao valor devido, ele pode ser quitado à vista, com 25% de desconto ou parceladamente.

Quem vive em áreas consideradas de baixa renda e tem renda familiar inferior a cinco salários mínimos (R\$ 4.990,00) pode pedir remissão do valor à SPU e transferência gratuita do título do imóvel.

Para isso, é preciso fazer o pedido diretamente ao oficial de registro de imóveis, mediante apresentação de uma Certidão de Autorização de Transferência (CAT) expedida pela SPU. O morador deve ter o documento de matrícula do imóvel e o Registro Imobiliário Patrimonial (RIP).

### EM DETALHES

#### Quem paga pela ocupação de áreas de marinha?



Com base na média de marés altas e baixas, foi traçada uma linha imaginária que corta a costa brasileira. A partir desta linha, no sentido do litoral brasileiro, todo terreno que estiver a **33 metros** da preamar média será considerado da União



Também são de domínio da União terrenos que se formaram a partir da linha de preamar do ano de 1831 em direção ao continente, assim como os aterros, denominados acrescidos de marinha

#### Tipos de terreno de marinha

##### Regime de ocupação:

Nesses casos, os terrenos são de posse desdobrada. Ou seja, a União é proprietária da área, como um todo, e ainda pode reivindicar o direito de uso do terreno quando quiser

##### Regime de aforamento:

São terrenos em que o morador do imóvel passa a ter um domínio útil sobre o terreno de marinha. Em linhas gerais, a área fica "repartida" entre União e morador

#### Tipos de cobrança

##### Foro

O foro é o que se paga à União por não se ter o domínio pleno do imóvel. Esses terrenos ficam sujeitos ao foro de 0,6% do valor do respectivo domínio pleno

##### Taxa de ocupação

A taxa de ocupação refere-se a um direito precário sobre um imóvel caracterizado pela existência de benfeitorias. Ela representa 2% do valor do domínio pleno do terreno para as ocupações inscritas até setembro de 1988 e de 5% àquelas registradas a partir de outubro do mesmo ano

##### Laudêmio

O laudêmio é o valor que se paga à União pela transferência onerosa do domínio útil (isto é, a venda) em terrenos aforados ou ocupados. O domínio pleno do imóvel dessas áreas é do Governo Federal - diferente do domínio útil, que inclui direito de posse, uso e gozo. Ele representa 5% do valor atualizado do domínio pleno e das benfeitorias

» **Cidades**

diariodolitoral.com.br **A3**  
SEXTA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 2019

**MP. Denúncia já chegou ao Ministério Público pelas mãos de Benedito Furtado**

# Moradores querem fechar bar no Gonzaga

» Moradores da Rua Jorge Tibiriçá, no Gonzaga, em Santos, iniciaram um abaixo-assinado e tentam uma reunião com o prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) - por duas vezes cancelada - com objetivo da suspensão imediata e fechamento do Six Sports Bar, localizado no número 44 da rua. O caso já chegou ao Ministério Público (ver nessa reportagem).

Segundo a vizinhança, desde 9 de agosto último, quando iniciou suas atividades, o estabelecimento vem descumprindo a lei de Uso e Ocupação de Solo, determinações previstas no Conselho Nacional do meio Ambiente (Conama) e outras legislações municipais, principalmente em relação à poluição sonora.

Mais do que barulho, os moradores reclamam de abusos de quebra do sossego, comprometimento da higiene na rua e outras adjacentes, além de riscos à segurança física e patrimonial. Os municípios fizeram um dossiê com quase 50 páginas, incluindo fotografias, cópias de registros de reclamações na Ouvidoria, mas nada foi resolvido até o momento.

A vizinhança enviou imagens de lançamento de dejetos de cozinha em vias coletoras de águas pluviais; pessoas sendo levadas a atendimento médico em estado de coma alcoólico e ainda relatos de contribuintes sendo constrangidos e expostos a situações como clientes do bar urinando e evacuando próximo do Six. No entanto, as respostas do Poder Público são insatisfatórias.

Síndico dos edifícios Inca e Asteca, Lucio Cangiano confirma que o som, as brigas de casais na rua e a su-

jeira depositada no entorno são questões insuportáveis. "Principalmente nos finais de semana. Até já filmamos. As autoridades já estão cientes, mas não há solução. Os idosos não descansam. Além disso, os imóveis estão sendo depreciados e já percebemos pessoas armadas", garante.

Luiz Alberto Espósito (sfndico) e Luiz Azzolini, ambos do edifício La Rochelli, acrescentam que o Código de Posturas é claro que não se pode ter esse tipo de ambiente em bairro residencial. "Alguns moradores estão dormindo à base de medicação. Como será nas festas de fim de ano?", questiona Espósito.

Maria Aparecida Noll de Campos, de 83 anos, diz que a situação "é de enlouquecer. Eu fico andando com meu travesseiro pelo apartamento todo em busca de um lugar silencioso para dormir. Tomo remédio, mas não adianta", afirma.

## GERENTE.

Procurado, o gerente do Six, Guilherme Sardenberg, disse que existe exagero nas alegações dos moradores, principalmente relacionados ao som. Ele afirma que já estava se reunindo com alguns síndicos, pois acredita que tudo pode ser resolvido de forma pacífica e em comum acordo.

"As maiores reclamações eram referentes à aglomeração em frente ao bar. Por isso, restringi o fumódromo ao limite de quatro pessoas. O som era alto, mas coloquei vidro para impedir a saída e contratei uma engenheira de som que vai me auxiliar ainda mais na redução de ruídos. Eu sempre me coloquei à disposição para equacionar qualquer tipo de problema",



Bar está localizado em local cercado de edifícios. Gerente do Six garante que já está tomando todas as providências necessárias



Moradores fizeram um abaixo-assinado e não conseguem retorno por parte de Prefeitura de Santos

**Segundo relatado a Benedito Furtado, o bar não tem alvará de funcionamento. Prefeitura afirma que documento está sendo providenciado e manterá aberto**

afirma.

Com relação às brigas e outros problemas relacionados à rua, o gerente afirma que proíbe que os clientes saiam com garrafas de vidro, colocou mais quatro seguranças externos para dispersar possíveis aglomerações e mantém acordo com motoristas de Uber para facilitar a condução dos clientes.

"Também venho mantendo reuniões com a Ouvidoria

de Prefeitura para buscar uma solução conjunta para minimizar os problemas que surgirem. Não precisamos criar impasses, mas solucioná-los. Se houver união, podemos resolver as questões pontuais", finaliza.

## MP.

A situação entre os moradores e o bar chegou ao Ministério Público pelas mãos do vereador Benedito Furtado

(PSB). Ele descobriu que o Six não tem alvará de funcionamento. "Porém, por razões inexplicáveis, até o momento, nenhuma atitude foi tomada pelas autoridades públicas no sentido de impedir a continuidade das atividades irregulares", informa o parlamentar.

Para Furtado, "uma casa noturna jamais poderia estar funcionando no local. Por tudo exposto, aguarda-se que se tome as providências necessárias para que seja intimada a autoridade municipal (Prefeitura) a fim que tome as medidas cabíveis com urgência", pede o vereador.

## PREFEITURA.

A Secretaria de Finanças informa que o estabelecimento está com o processo de alvará em tramitação. A atividade no local é permitida, conforme lei de uso e ocupação do solo, inclusive porque ali já existia um bar que funcionava com música ao vivo.

O estabelecimento está sendo fiscalizado pelos setores de Posturas e do Meio Ambiente, e qualquer tipo de excesso quanto ao sossego ou outras irregularidades será autuado conforme as legislações municipais em vigor. "As ocorrências registradas na Ouvidoria foram respondidas e encaminhadas para os órgãos competentes, que adotaram as medidas previstas na legislação", afirma em nota. (Carlos Ratto).



## CAT: vereadores abandonam votação

» O futuro do Centro de Atividades Turísticas (CAT) da Ponta da Praia estava marcado para ser definido pela Câmara de Santos na noite desta quinta-feira (24). Apesar de saber da importância da pauta, entretanto, vários vereadores deixaram a 64ª sessão ordinária ainda durante seu início e obrigaram a mesa diretora a encerrar as discussões. A pauta deverá ser debatida novamente apenas na próxima segunda-feira (28).

Os debates entre os vereadores começaram por volta das 18h30 e a ordem do dia anunciava discussões sobre três vetos totais a projetos de lei de edis realizados pelo prefeito Paulo Alexandre e vetos parciais de um quarto PL. Todos os vetos ocupavam os primeiros itens da ordem do dia.

A discussão sobre a cessão do CAT à iniciativa privada era

o sexto item da lista, mas todas as atividades da Câmara foram encerradas muito antes disso, ainda durante o debate sobre o segundo projeto de lei a ser votado na noite.

Enquanto os vereadores discutiam o veto total do projeto de lei 27/2018, membros da mesa diretora notaram a ausência de alguns colegas edis que integram a base do governo e decidiram realizar uma chamada para saber se haveria quórum suficiente para prosseguir com a sessão.

Apesar disso, foram verificados apenas nove vereadores no plenário e todas as atividades foram encerradas na sequência. O projeto de lei que prevê a cessão do CAT à iniciativa privada precisava de ao menos 2/3 dos votos positivos da Câmara para ser aprovado. O PL deverá ser debatido apenas na segunda. (LG Rodrigues)